
ARTIGO

**A QUESTÃO INDÍGENA EM MINAS GERAIS:
UM BALANÇO DAS FONTES E DA BIBLIOGRAFIA¹****CRISOSTON TERTO VILAS BÔAS****Depto. de História - UFOP**

No Arquivo Público Mineiro há cópia de um mapa da Capitania de Minas Gerais onde se podem distinguir os limites da Comarca de Sabará e as terras adjacentes². Encimando o mapa, à maneira de um frontispício, uma imagem emoldurada destaca-se como metáfora da conquista e ocupação do território interior.

A imagem no mapa identifica os atores: um cartógrafo e um índio. O cartógrafo, com seu compasso, estabelece as medidas do reino, indica os acidentes e nomeia a terra. Vestido com suas roupas de reinol, sentado e circunspecto, seus olhos miram com atenção seu gesto de assinalar no papel as largas terras do oeste. Diante dele, sorrateiramente um índio se lhe opõe de arco flexionado. Este se posta do lado oeste, e sua flecha é dirigida para um ponto enigmático entre o corpo e o papel de seu inimigo.

O mapa identifica parte da terra que, por aquela época, não mais era “*povoada em derredor de diversissimas gerações de Indios muy barbaros e crueis*”³ conforme relata a crônica do Pe. João de Azpilcueta Navarro que por ali teria andado entre os anos de 1553 e 1555. Não mais tantas tribos, mas o índio no emblema do mapa da Comarca de Sabará é um testemunho histórico de que em fins do século XVIII ainda permanecia por ali, como “obstáculo à civilização”, grupos

¹ Este estudo foi apresentado no Seminário “Mariana, trezentos anos: um balanço da produção historiográfica”, promovido pelo Laboratório de Pesquisa Histórica do DEHIS-UFOP, Casa Setecentista-Patrimônio Cultural/IBPC e Arquivo Histórico da Câmara Municipal de Mariana. Mariana, 13-15 de outubro de 1994.

² Trata-se do *Mapa da Comarca do Sabará* por José Joaquim da Rocha, 1778.

³ Como se pode ler na Carta do Pe. João de Azpilcueta, escrita em meados do século XVI. Ver *Revista do Arquivo Público Mineiro*. 6 (4): 1159-1162, 1901.

sobreviventes das guerras ofensivas empreendidas durante o transcurso dos séculos XVII e XVIII.

Considero esse mapa e seu emblema um mito iconográfico da conquista territorial, onde os atores são claramente identificados e seus lugares sociais bem discernidos. O índio está ali e resiste. E, no entanto, para a historiografia mineira, os indígenas em Minas Gerais tornaram-se como que invisíveis. Eles inexistem.

Assim ocorre com os estudos demográficos sobre populações mineiras que desconhecem inteiramente a presença das populações indígenas e, mais do que isso, seu papel na história política e social da Capitania e da Província.

Do mesmo modo, a revisão historiográfica que relativizou o lugar da “economia do ouro” no complexo econômico das Gerais e indicou a importância das atividades agrárias e pastoris, pouca atenção prestou às formas assumidas pelo trabalho indígena na organização desse complexo econômico.

A história administrativa tampouco analisou a questão relacionada à conquista de territórios ocupados pelo indígena. Não examinou o lugar destinado ao “índio desejável” na organização de forças-tarefas para o combate ao “índio selvagem e antropófago”, identidade genérica para todos os grupos que se interpunham aos adventícios nos diferentes períodos da história mineira⁴.

Não é diferente a história da igreja que pouca atenção ainda prestou ao papel sobrelevante do clero secular nas estratégias de “catequese e civilização” dos grupos indígenas de Minas Gerais, particularmente dos habitantes das “ubérrimas” matas mineiras do vale do Mucuri e do Rio Doce, para onde se encaminharam, desde meados do século XVIII, padres missionários, sobre os quais as “histórias dos municípios” dessa região tanto falam.

As populações indígenas de Minas Gerais são invisíveis até mesmo para aqueles pesquisadores influenciados pelos paradigmas da “nova história”, esse vasto leque que engloba os estudos orientados pela idéia de cultura, cotidiano e mentalidade, e que procuram atingir o “homem comum”, os que não deixaram de si testemunhos diretos.

⁴ Exemplo raro de estudo sobre os presídios e seu papel no controle das populações indígenas é a monografia de bacharelado de Elizabeth Salgado, *Aldeamento Indígena da Região da Mata Mineira - Presídios de Abre Campo, Rio Pomba e Cuieté (1730-1850)*. - Mariana: DEHIS-UFOP, 1986. (Inédito). Estudo largamente influenciado pela tipologia estabelecida por Laura de Mello e Souza em seu *Desclassificados do ouro: a pobreza mineira no século XVIII*. - Rio de Janeiro: Edições Graal, 1982.

E é sem dúvida dessa nova história, com o consórcio da antropologia, que se espera o máximo de atenção para a questão indígena em Minas Gerais.

Não somente porque é necessário rever o passado e recuperar a memória dos vencidos, mas porque ainda entre nós estão os sobreviventes do genocídio e do etnocídio, e deles podemos nos aproximar, oferecendo-lhes agora a memória cultural e política de seus antepassados, inscrita nos nossos arquivos.

Minas Gerais possui atualmente os seguintes grupos indígenas⁵: os Xakriabá⁶, com 6.000 indivíduos ocupando uma área de 46.000 he., demarcada no norte de Minas, próximo da cidade de Itacarambi; os Pataxó, com cerca de 200 indivíduos ocupando uma área demarcada de 3.200 he., próxima de Carmésia, no Vale do Aço; os Maxacali, com cerca de 600 indivíduos ocupando duas aldeias divididas por terras invadidas por fazendeiros no município de Bertópolis, no Vale do Mucuri; os Krenák, também com 200 indivíduos, aproximadamente, ocupando perto de Resplendor, no Vale do Rio Doce, uma área de somente 120 he. dos 4.000 he. que lhes pertencem e que apesar de já demarcada pela FUNAI, encontra-se sob o domínio de fazendeiros; os Pandakurú, que migraram de Pernambuco e que ocupam 60 he. de terras no município de Coronel Murta, no Vale do Jequitinhonha. Também os indígenas “Kaxixó”, que ora vêm reivindicando sua identidade étnica, moradores nas proximidades de Pompéu, na microrregião de Três Marias.

Os “Kaxixó” exemplificam esse movimento recente e que se manifesta com relativa intensidade pelo país afora, em que os povos indígenas “*em diferentes graus de aculturação ou caboclamento, reagem na defesa de seu patrimônio territorial e cultural*”⁷. Note-se que a população indígena em Minas Gerais está, hoje, em torno de 7.000 indivíduos, quando apenas uma década atrás era de 5.197. Como em todo o país, observa-se que vem ocorrendo em Minas o fenômeno da recuperação demográfica.

Esse fenômeno de resistência e recuperação étnicas impõe-se como mais uma razão para que sejam formuladas perguntas relevantes sobre os povos que até início do dezoito eram maioria sobre esse vasto território das Gerais e que, já em

⁵ As informações sobre as populações indígenas atuais, apresentadas aqui, me foram fornecidas por Marilda Quitino Magalhães, do CIMI - Conselho Indigenista Missionário (BH-MG), a quem agradeço.

⁶ Na grafia dos nomes dos povos indígenas sigo a convenção estabelecida em 1953 pela Associação Brasileira de Antropologia que, entre outras normas, indica que os nomes de povos e de línguas indígenas sejam empregados como palavras invariáveis, sem flexão de gênero nem de número. Ver *Revista de Antropologia*. 2 (2):150-154, 1954.

⁷ GOMES, Mércio Pereira. *Os índios e o Brasil*. - Petrópolis: Vozes, 1991, p. 61.

fins daquele século, foram reduzidos à minoria e encurralados pelos diferentes agentes neobrasileiros⁸ de ocupação.

Essas perguntas, a ciência histórica não as fez, infelizmente. Essa indigência bibliográfica é, por decorrência, também temática e conceitual. Assim, os grandes panoramas históricos das Minas que acompanham a linhagem inaugurada por Diogo de Vasconcelos⁹ mais desinformam, por sua perspectiva “canônica”. Situa-se neste plano a obra de Oíliam José, *Indígenas de Minas Gerais*, que não oferece algo como seu útil *Historiografia Mineira*¹⁰. Seu *Indígenas de Minas Gerais* repete, no essencial, as informações pouco precisas de Nelson de Senna¹¹. Além disso, expressa-se num tom que faz eco aos estereótipos étnicos presentes nos documentos que manuseou. Do mesmo modo, o trabalho de Daniel Carvalho, *Formação Histórica de Minas Gerais*, pouco acrescentou ao lugar comum de que “nas bandeiras paulistas, se os chefes e os oficiais possuíam sangue índio, o grosso da tropa era constituído por índios das fazendas, das aldeias próximas e até das reduções jesuíticas”¹².

Mesmo um autor que representou novidade nos estudos mineiros, como Charles R. Boxer, repete o mote do sangue índio correndo nas veias dos mineiros:

“Embora sangue europeu e africano predominassem no cadinho racial de Minas Gerais, correntes paulistas e ameríndias não eram de forma alguma insignificantes (...) houve alguns casamentos entre os dois grupos, e algumas famílias paulistas foram absorvidas na população geral, depois de uma ou duas gerações. Recorrendo à lista de escravos nos arquivos de Minas Gerais, também temos revelada a presença de numerosos escravos ameríndios. A maior parte era designada sob o nome genérico de Carijós e, sem dúvida, quase todos pertenciam ao sexo masculino. Deve ter havido, contudo, algumas mulheres, cujo sangue, com toda a certeza, veio a mesclar-se com o das famílias de seus senhores”¹³.

⁸ Chamo de neobrasileiros os agentes povoadores que chegaram após o “descobrimento”.

⁹ É necessário fazer justiça a Diogo de Vasconcelos. Sua perspectiva está superada em várias dimensões, mas ele continua a ser fonte de referência pela abrangência e intuição com que tratou diversos temas. Seu grande defeito talvez esteja em que suas informações não sejam acompanhadas da identificação das fontes que manuseou.

¹⁰ JOSÉ, Oíliam. *Indígenas de Minas Gerais*. - Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1965. *Historiografia Mineira* também foi publicado pela Imprensa Oficial, em 1987.

¹¹ SENNA, Nelson de. “Sobre Ethnographia Brasileira - Principaes povos selvagens que tiveram o seo ‘habitat’ em território das Minas Geraes”. *Revista do Arquivo Público Mineiro*. 25 (1): 337-355, 1937. Nelson de Senna arrola 177 grupos. Mas também não oferece suas fontes.

¹² CARVALHO, Daniel. *A Formação Histórica de Minas Gerais*. - Rio de Janeiro: Mec, 1956. p. 12.

¹³ BOXER, Charles. R. *A Idade do Ouro do Brasil*. - São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1963, p. 154-155.

Nada de novidadeiro em Boxer, senão sua afirmação peremptória sobre a presença da mão-de-obra indígena escrava também nas atividades de mineração. Presença que, por sinal, já podia ser lida em Antonil em 1711¹⁴.

As pesquisas históricas não têm feito justiça à relevância das populações ameríndias, mas o mesmo acontece com os estudos antropológicos.

Os estudos atuais que estão sendo formulados pela antropologia, “tomada por uma profunda cliofilia”,¹⁵ têm-se ocupado muito pouco com as populações indígenas em Minas Gerais¹⁶. De destaque mesmo, podem-se assinalar as pesquisas sobre os índios Maxacali realizadas na década de 60 por três antropólogos. Trata-se de *Índios Maxacali: resistência ou morte*, de Marcos Magalhães Rubinger, na época professor da UFMG, Maria Stella de Amorim e Sônia de Almeida Marcato¹⁷. Esses pesquisadores não puderam nos oferecer o que prometeram devido ao furor da ditadura que, em 1964, prendeu e exilou Rubinger, idealizador do “*Projeto de pesquisa Maxacali*”, inspirado no conceito de *fricção interétnica* de Roberto Cardoso de Oliveira, outro antropólogo cujos trabalhos têm sido de grande relevância para a história etnológica.

Vale também assinalar os importantes estudos etnográficos e lingüísticos realizados na década de 40 pelo etnólogo paraense Rosário Guérios,¹⁸ elogiados inclusive por Herbert Baldus. Guérios registrou aspectos lingüísticos dos índios botocudos, entre outros, que permitem em linhas gerais restabelecer unidades genético-culturais relevantes para a confecção de “laudos étnicos”, esses

¹⁴ “Das cidades, vilas, recôncavos e sertões do Brasil, vão brancos, pardos e pretos, e muitos índios, de que os paulistas se servem”. Ver ANTONIL, André João. *Cultura e Opulência do Brasil*. - Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1989. p. 167.

¹⁵ Essa é uma afirmação de Eduardo Viveiros de Castro, do Museu Nacional do Rio de Janeiro, e pode ser lida na resenha que fez do livro *História dos índios no Brasil*. Ver CASTRO, Eduardo Viveiros de. “Histórias Ameríndias”. *Novos Estudos Cebrap*. (36): 22-33, julho de 1993.

¹⁶ Entretanto, o mesmo não se dá em relação aos grupos étnicos de outras regiões do Brasil. Com uma orientação histórica temos o excelente *Índios da Amazônia, de Maioria a Minoria (1750-1850)* - Petrópolis: Vozes, 1988, de Carlos de Araújo Moreira Neto, talvez o mais informado antropólogo brasileiro sobre a história etnológica do Brasil. E mais recentemente, os estudos dirigidos pela antropóloga Manuela Carneiro da Cunha, publicados em *História dos índios no Brasil*. - São Paulo: Companhia das Letras/Secretaria Municipal de Cultura/FAPESP, 1992. Mas antes desses, temos os inspiradores estudos clássicos da etnologia histórica brasileira realizados por Florestan Fernandes, Curt Nimuendajú, Egon Schaden e Dacy Ribeiro, entre outros.

¹⁷ Ver RUBINGER, Marcos Magalhães. *Índios Maxacali: resistência ou morte*. - Belo Horizonte: Interlivros, 1980. Apesar do livro trazer na capa e no índice uma única autoria, os capítulos identificam corretamente as outras autoras. Rubinger morreu em 1973, no exílio.

¹⁸ Guérios publicou diversos estudos lingüísticos sobre grupos indígenas de Minas Gerais. Ver, p.ex. GUÉRIOS, Rosário Farani Mansur. “Entre os botocudos do Rio Doce”. *Gazeta do Povo*, Curitiba, 18, 10 e 21 de junho de 1944. Cf. o resumo feito por H. Baldus na *Revista do Arquivo Municipal*, São Paulo (96): 217-218, 1944.

instrumentos necessários para a reconstrução da identidade étnica de grupos que se “desviram caboclos”.

Conclui-se, portanto, que se conhece de menos apesar da abundância de fontes e documentos.

Na abundância de fontes, destacam-se aquelas já publicadas e de fácil acesso tais como as descrições dos viajantes (Saint-Hilaire¹⁹, Wied,²⁰ Pohl,²¹ Spix e Martius,²² Freireyss,²³ entre outros) e os extraordinários relatórios de engenheiros do século XIX, como o de Pedro Victor Reinalt, publicado em 1846 na *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*²⁴ ela mesma, em seus diversos volumes, um manancial inestimável para a pesquisa sobre indígenas de Minas Gerais; bem como os relatórios dos Diretores de Índios, como o de José Januário de Cerqueira, de 1886, inclusos como anexos em relatórios dos Presidentes da Província.²⁵

Entre os documentos, sobressaem naturalmente aqueles depositados nos diversos arquivos mineiros. Documentos de manuseio gravemente dificultado por

¹⁹ Ver, p.ex., SAINT-HILAIRE, Auguste De. *Viagem pelas províncias de Rio de Janeiro e de Minas Geraes*. - Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1975. As diversas obras de Saint-Hilaire contêm informações sobre os índios Botocudo, Maxacali, Malali, Monoxó, Makuni e “Coroados”.

²⁰ WIED, Maximilian, Prinz von. *Viagem ao Brasil*. - Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1989. Informações sobre os Botocudo.

²¹ POHL, João Emmanuel. *Viagem no interior do Brasil, empreendida nos anos de 1817 a 1821*. - Rio de Janeiro: INL, 1951. 2 vols. No segundo volume encontram-se os relatos sobre os Botocudo, os Maxacali e os “Moaquanhis”.

²² SPIX, Johan Baptist e MARTIUS, Carl Friedrich Philipp von. *Viagem pelo Brasil: 1817-1820*. - São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1981. 3 vols. Traz importantes informações etnográficas sobre diversos grupos indígenas.

²³ FREIREYSS, Georg Wilhelm. *Viagem ao interior do Brasil*. - Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1982. Um dos mais interessantes relatórios de viagem do início do século XIX.

²⁴ REINAULT, Pedro Victor. “Relatório da exposição dos rios Mucury e Todos os Santos”. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, 8: 425-452, edição de 1867 (2ª). Nesse relatório encontram-se importantes descrições etnográficas sobre os índios Puri, Pataxó e Botocudo.

²⁵ Os relatórios dos Presidentes da Província são fonte importante para o estudo da política administrativa em relação aos índios. Neles e nos anexos, podem-se obter informações valiosas sobre política de aldeamento, de ocupação e trabalho indígenas, de educação e mesmo estatística. Por exemplo, no relatório de J. J. Cerqueira obtêm-se dados demográficos e ocupacionais sobre os índios do aldeamento de N. Senhora dos Anjos de Itambacury. No aldeamento moravam 1002 índios botocudos, provenientes de diversos sub-grupos. E a informação de que, em 1886, “os próprios botocudos dão notícia de mil nômades que percorrem o interior d’esta extensa floresta banhada pelos rios S. Matheus, Itambacury e seus afluentes”. Ver. Anexo E (pp. 3-14) do *Relatório com que o Exm. Sr. Dr. Manoel do Nascimento Machado Portella, Ex-Presidente da Província de Minas Gerais Passou a Administração ao Exm. Sr. Dr. Antonio Teixeira de Sousa Magalhães, 1º Vive- Presidente da mesma Província*. Ouro Preto: Typographia de J. F. de Paula Castro, 1886. Agradeço ao Prof. Renato Pinto Venâncio por ter chamado minha atenção para a importância desses relatórios.

sua dispersão geográfica e inexistência de guia sistemático²⁶ são inestimáveis, caso o pesquisador esteja envolvido com a etno-história, ou seja, o estudo do regime de historicidade dos grupos tribais ou étnicos, de sua inscrição na temporalidade. Assim, por exemplo, quando o etno-historiador se depara com a vasta documentação relacionada com a atuação de Guido Thomaz Marlière, chama-lhe a atenção não as vicissitudes do “civilizador dos botocudos”, como a ele se referiu a história canônica, mas antes a riqueza de detalhes sobre as relações contraditórias que num momento unem os índios e o diretor contra os colonos e, em outro, unem colonos e índios contra diretor²⁷. Mesma importância adquire as correspondências entre os encarregados da administração das circunscrições, particularmente aqueles que, por sua riqueza de detalhes sobre as relações entre administradores, colonos e índios aldeados, nos oferecem subsídios para a montagem de uma “descrição densa” do cotidiano de uma microrregião mineira.

Inscribe-se neste caso, de forma exemplar, o rico acervo de documentos relacionados aos aldeamentos do Rio Pomba. Por exemplo, as instruções de Antônio José Dias Coelho, um homem de grande sensibilidade que, enviado para investigar as ações de “*portugueses com as nações de índios Croatos*” redige, na própria aldeia de São Januário de Ubá, um documento que é um monumento:

“(…) eu me encho de horror e espanto pelo que tenho visto e observado pessoalmente. (I) Tendo S. A. Real feito uma considerável e avultadíssima despesa a benefício desses infelizes e miseráveis índios, (...) nomeando-lhes pároco e diretor em data de novembro de 1764, pouco ou nenhum adiantamento lhe diviso, pois que apesar de alguns, todos os mais ignoram inteiramente os mistérios de nossa Santa Religião e o idioma português. (II) Devendo o seu reverendo Pároco, e o Diretor defender as terras que lhe são dadas para a sua residência e a cultura, consentem que estes mesmos índios as negociem com os portugueses a troco de cachaça e de insignificantes bagatelas enganando desta forma os miseráveis com quinquilharias sem valor para lhes apanharem as suas aldeias com o título de compra, quando nem eles têm autoridade de as vender, nem os portugueses de as comprar. (III) Eu mesmo tenho visto e observado que aqueles portugueses mais velhacos e astutos têm tido a providência que depois de lh’as tomarem as suas aldeias, não os correm de sua vizinhança, mas soltam-lhe a sua criação para lhes destruir o milho, batatas e bananas a fim de que os miseráveis se ausentem e desta forma lhes têm tomado

²⁶ Ainda está para ser confeccionado um guia completo das fontes mineiras. Entretanto, recentemente foi publicado pelo Núcleo de História Indígena e do Indigenismo da USP um importante instrumento de pesquisa que traz informações sobre o acervo do Arquivo Público Mineiro. Cf. MONTEIRO, John Manuel (Coordenador). *Guia de Fontes para a História Indígena e do Indigenismo em Arquivos Públicos – Acervos das Capitais*. - São Paulo: NHII/USP, 1994.

²⁷ Ver a documentação relativa ao diretor na *Revista do Arquivo Público Mineiro*, vols. 10, 11, 12.

todas as suas aldeias e posto em tal desesperação de fugirem e entranhar-se outra vez pelas matas (...) (IV) Sou mais informado que muitos portugueses os costumam alugar para o seu trabalho e que depois de servidos não só lhes não pagam o seu suor, o que devem logo fazer, como lhes dão pancadas e os maltratam e correm ameaçando-os a castigos. (...) / Aldeia de Ubá, 31 de maio de 1810 / Antônio José Dias Coelho / Brigadeiro-Inspetor e Deputado da Junta.²⁸

Junte-se a este documento as listas nominativas dos habitantes da Capela de São Januário de Ubá e de São João Batista do Prezídio²⁹, da Freguesia de Camargos³⁰ e da freguesia de Rio Pomba³¹, depositadas no Arquivo da Câmara Municipal de Mariana, listas onde se identificam os moradores “internos e externos” das freguesias, o sexo, a idade, se casado ou solteiro e a ocupação. Documentos que reportam à situação dos aldeamentos mineiros no início do século XIX e de grande valor para o estudo demográfico da Capitania.

Não se pode deixar absolutamente de lado o acervo do Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese de Mariana, em especial a documentação relativa aos párocos da freguesia, como os do Padre Manoel de Jesus Maria, “filho de João Antunes, branco, e da africana Maria, natural de Angola”³², situação a que o Processo de Habilitação às Ordens Sacras não faz segredo, e que nomeado Capelão-Cura assumirá ao longo de sua vida os títulos de Cônego Doutral na Catedral de Mariana, Comissário do Santo Ofício e da Bula da Santa Cruzada, Protonário Apostólico de Sua Santidade, Examinador Sinodal, Juiz das Justificações da Guerra e Vigário Capitular do Bispado. Prestígio tal junto a D. Fr. Domingos da Incarnação Pontevel permitiu-lhe fazer com que a Arquidiocese de Mariana tivesse o privilégio histórico de ordenar um dos padres índios da Igreja Brasileira. Trata-se do Pe. Pedro da Mota, índio Croato que estudou no Seminário de Mariana e foi ordenado em 1790, aqui em Mariana, pelo próprio Arcebispo³³.

²⁸ Apud CASTRO, Celso Falabella de Figueiredo. *Os Sertões de Leste; achegas para a história da Zona da Mata*. - Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1987, pp. 15-19 infra. Infelizmente, esse autor não indica o códice e o Arquivo onde se encontra este e o documento indicado mais à frente (ver nota 33). Não consegui localizá-lo no *Arquivo Público Mineiro*.

²⁹ Ver cód. 398 do *Arquivo da Câmara Municipal de Mariana*.

³⁰ Ver cód. 522 do *Arquivo da Câmara Municipal de Mariana*.

³¹ Ver cód. 701 do *Arquivo da Câmara Municipal de Mariana*.

³² Ver Processo de Habilitação *De Genere, Vitae et Moribus* - *Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese de Mariana*. Armário 09 - Pasta 1576.

³³ Sobre “padres índios puros”, assim informa Arlindo Rubert: “Padres índios puros foram descobertos os seguintes: Pe. Antonio Alvares da Cunha, natural de Extremoz, Capitania de Pernambuco, que foi coadjutor de S. Amaro, ordenado por volta de 1773 com o Pe. Antonio Dias da Fonseca, ambos índios; Pe. José Inacio da Silva Pereira, índio guarani, filho legítimo de Apolinário da Silva Pereira e Adriana Maurícia, natural da freguesia de S. Antonio da Guarda Velha, no Rio Grande do Sul, ordenado no Rio de Janeiro a 20/09/1783; Pe. Antônio José de Araújo Silva, filho legítimo de João Cajú e Maria Ubapú, índios guaranis da aldeia de S. Nicolau de Rio Pardo, ordenado no Rio de Janeiro a 12/03/1785 por D. José Justiniano Mascarenhas Castelo Branco; Pe. Filipe (sic) da Mota, da diocese de Mariana, discípulo do Pe. Manuel de Jesus Maria, missionário dos índios coroados, ordenado em 1790 em Mariana por D. Fr. Domingos da Incarnação Pontevel”. Cf. RUBERT, Arlindo. *A Igreja no Brasil - Expansão Territorial e Absolutismo Estatal (1700-1822)*. Vol. III - Santa Maria (RS): Editora Pallotti, 1988. p. 291. Sobre o Pe. Pedro da Mota ver o Processo de Habilitação (Armário 10 - Pasta 1736) no *Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese de Mariana*. Deixo aqui registrado meu agradecimento ao diretor desse Arquivo, Monsenhor Flávio Carneiro, que me franqueou seu acervo bibliográfico pessoal e me orientou na busca desse documento precioso relativo ao Pe. Pedro da Mota sobre quem escrevo uma “biografia etno-histórica”.

Tem-se ainda documentos que assinalam o ponto de vista dos colonos e permitem observar a complexidade das relações entre brancos e índios numa região de aldeamento. Este é o caso da petição que os moradores da microrregião do Rio Pomba enviaram à Rainha, em 1782. Nesse documento, apesar do filtro ideológico e do português empolado ou rústico do escrivão, lê-se um manifesto dos colonos pobres nos seguintes termos:

“Dizem os possuidores de terras, dentro dos limites da Freguesia do Mártir São Manoel dos Sertões do Rio Pomba e Peixe, dos índios Coropós e Coroatos da Capitania de Minas Gerais, alguns dos suplicantes já existentes na dita Freguesia, e outros que se estão estabelecendo, para se transporem a ela, maiormente por que o Governador e o Capitão-General desta Capitania, a requerimento do Vigário dela, manda que cada um que tiver terras ponha nelas alguma gente para assim melhor se povoar a dita Freguesia, (...) o Revmo. Vigário da dita Freguesia, Manoel de Jesus Maria, alcançou do Governador e Capitão-General, que então era Luis Diogo Lobo da Silva, favorecedor da cristianização dos índios, despacho, para que preferissem em possuir terras dos sertões da dita Freguesia, aquelas pessoas que ajudassem a estrada de que o dito Vigário tanto carecia, por naquele tempo andar atualmente a pé o dito Vigário, proferindo que V. M. as faculta gratuitamente aos que concorrem com o seu exemplo, diligência, zelo e caridade para a redução e cristianismo dos preditos índios; e animando o dito Vigário aos suplicantes com este despacho fizeram o caminho do lugar da Aldeia, em que se erigiu a Matriz, para sair à povoação com muito trabalho, por naquele tempo tudo estar muito bravo. Outros dos suplicantes têm o merecimento de acompanharem a pé, com sacos às costas, por remotas aldeias, com risco de vida. E de próximo alguns dos suplicantes fizeram um novo atalho, mais breve, para sair do aldeamento da dita Matriz para a Capital. E como se acham com estes merecimentos e já vão principiando a haver dúvidas, e comumente os que se arriscam a estas diligências laboriosas e de risco de vida são os pobres e humildes, e depois de haver picadas, caminhos, e menos risco, os ricos e poderosos costumam tirar as terras dos pobres e humildes, com o seu respeito, porque a pobreza sempre foi desprezada, aborrecida e desatendida; e outras vezes alcançam cartas de sesmarias subornando a verdade, e com elas cobrem o trabalho

dos pobres e lhe chamam suas. E os pobres que não têm dinheiro para as grandes despesas de sesmarias, juiz, escrivães e medidores, e menos para correr demanda, se vêem obrigados a deixá-las e perderem o seu trabalho, o que está claro, que ainda os mesmos índios a quem assiste todo o direito, por repetidas ordens de V. M., lhe haviam tirado as suas (...) se lhes não acudisse, com toda a providência o General Conde de Valadares, como consta (...) nos documentos juntos. E como entre os suplicantes também se acha por possuidor de terras um benfeitor dos mesmos índios, qual o Guarda-Mor Manoel da Mota Andrade, que teve ânimo de por no estudo, e concorrer com todas as despesas até receber a ordem de Presbítero, o Padre Pedro da Mota, índio Croato, como consta dos documentos. Este, igualmente, com os suplicantes recorrem a V. M. para que seja servida confirmar o despacho junto proferido a 2 de maio de 1768 do General que então era Luís Diogo Lobo da Silva, o qual General tanto atendia aos que trabalham na civilização dos índios; que ainda nas informações que tomava, nos requerimentos dos que pretendiam sesmarias, não permitia [as sesmarias] nos estabelecimentos dos índios, nem em prejuízo dos empregados na redução deles; como tudo se verifica nos ditos documentos.”³⁴

Livros de batismos, correspondências, petições, relatórios e processos eclesiásticos, associados aos informes etnográficos sobre os grupos tribais editados desde o início do século passado e acessíveis em publicações como a *Revista do Instituto Histórico e Geográfico*, já citada, os *Anais da Biblioteca Nacional* e a *Revista do Arquivo Público Mineiro* permitem, sem dúvida, recompor um pouco os “imponderáveis da vida social” dessa microrregião mineira. É, pois, plausível que uma “escavação arquivística” ofereça materiais da mesma monta para as demais regiões de Minas.

Resta-me agora sinalizar os caminhos por onde os estudos sobre Índios em Minas Gerais devem seguir.

Uma História Etnológica de Minas Gerais deve começar pela identificação dos grupos indígenas que habitaram essas terras mineiras. A informação sobre os grandes troncos lingüísticos dominantes e as formações tribais específicas são imprescindíveis para se recuperar o estoque de manifestações étnicas aparentemente desaparecidas³⁵. Ora, ao se constatar que o grupo Xacriabá pertence ao tronco lingüístico Jê, essa informação se torna preciosa, pois permite, por comparação com outros grupos aparentados, o exame da cultura imemorial desse grupo do norte de Minas Gerais e anteriormente também em Goiás. Quando se

³⁴ Apud CASTRO, Celso Falabella de Figueiredo. *Op. cit.* pp. 54-55 infra.

³⁵ Sem dúvida alguma, os trabalhos de Aryon Dall’Igna Rodrigues são os mais significativos no campo dos estudos etno-lingüísticos. Ver RODRIGUES, Aryon Dall’Igna. *Línguas Brasileiras: para o conhecimento das línguas indígenas*. - São Paulo: Ed. Loyola, 1986.

verifica que as famílias Purí, Botocudo e Maxacalí pertencem ao grande tronco Macro-Jê, a perda cultural decorrente do genocídio é amenizada em favor da recuperação da identidade étnica dos sobreviventes. Os dados sobre a composição lingüística destes grupos permitem também notar a distribuição das populações ameríndias e suas migrações pelo vasto território interior, além de esclarecer sobre o impacto da conquista do território pelos neobrasileiros ao longo desses quatro séculos.

Mas o grande tema é, sem dúvida, o que diz respeito ao processo de depopulação ameríndia que tem início já no século XVI, com o descimento para aldeias da Capitania do Espírito Santo, de índios do Rio Doce. Notícia da entrada dos Padres Domingos Garcia e Diogo Fernandes, informa que “*duma vez entrou 180 léguas, e, só, à sua conta, trouxe mais de 10.000 almas*”.³⁶ O Pe. Serafim Leite, em sua monumental *História da Companhia de Jesus* é fonte e manancial de fontes primárias importantes para analisar também a depopulação da região oeste, a banhada pelo Rio São Francisco, que foi devassada insistentemente pelas entradas de apresamento desde meados do XVI. Do mesmo modo, são importantes os estudos sobre as bandeiras paulistas que penetraram também o território mineiro, sobretudo a partir da segunda metade do século XVII. Essas bandeiras têm hoje, em John Monteiro, seu mais arguto inquiridor.³⁷

John Monteiro, analisando fontes inéditas para a História Etnológica Paulista, fornece-nos o paradigma de pesquisa arquivística que ainda não foi explorada em Minas Gerais. Também em Minas temos inventários e testamentos não publicados, livros de notas, atas das Câmaras e, sobretudo, livros de batismos, que podem nos oferecer importantes dados sobre o século XVIII.

Para o século XIX, os acervos das Câmaras Municipais³⁸, bem como os códices depositados no Arquivo Público Mineiro³⁹, são abundantes em informações

³⁶ Ver LEITE, Serafim. *História da Companhia de Jesus no Brasil*. Lisboa: Livraria Portugalia; Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1938. Tomo II - Livro II, p. 184.

³⁷ Ver MONTEIRO, John Manuel. *Negros da Terra: índios e bandeirantes nas origens de São Paulo*. - São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

³⁸ Que pode ser atestado pelo *Arquivo da Câmara Municipal de Mariana*. Também em Mariana, o arquivo da *Casa Setecentista* certamente possui acervo de importância, como me alertou sua diretora, a historiadora Kátia Napoleão. Infelizmente, ainda não tive tempo de explorar este importante arquivo.

³⁹ Sobre a questão indígena em particular a documentação em grande parte manuscrita e inédita é abundante. Ver códices SC 197 - 1773; SC 334 - 1808/1814; SC 343 - 1809/1821; SC 369 - 1814/1821; SC 373 - 1816/1825; SP 59 - 1827/1836; SP 508 - 1854; SP 540 - 1854/1860; SP 565 - 1855; SP 610 - 1856; SP 897 - 1861; SP 1009 - 1863 e SP 1161 - 1866. Além dos códices relativos ao Fundo da Secretaria de Governo, sub-série Catequese (Índios), SP/SG 1/4, 1863-1866. O Prof. Tarcísio Rodrigues Botelho (a quem agradeço pelas valiosas informações arquivísticas) me indicou um conjunto de documentos depositados em caixas, relativas aos índios do norte de Minas Gerais. São os seguintes: SP, PP 1/10, Cx. 48, Doc. 15 e SP/PP 1/10 Cx. 15. Além desses documentos, indicou-me um outro conjunto de documentos microfilmados da *Casa dos Contos*, em Ouro Preto. Esses documentos são os seguintes (apresento seguindo a ordem: {nº} - [rolo] - (foto)): {08062} [540] (0959); {09001} [543] (0969); {09205} [544] (0607); {09261} [544] (0849); {09497} [545] (0615); {09938} [547] (0019); {10440} [540] (0933); {10564} [511] (0465); {10644} [511] (0696).

cruciais para a definição dos índices de destribalização e a intensidade do impacto da política de “catequese e civilização” na reordenação territorial da população indígena e mesmo de sua reação, perceptível quando os mesmos refluem para áreas de refúgio nas matas mais densas e altos cursos dos rios, onde se tornam hostis e refratários ao contato interétnico.

Ora, estes mesmos documentos são fontes para o estudo das relações interétnicas, isto é, entre índios e índios, índios e negros e índios e brancos. Este é talvez o campo para o qual as pesquisas histórico-etnológicas devem orientar-se, em razão da confluência entre história demográfica e etnologia que implica.

Este campo incorpora os estudos acerca do contato nas frentes de expansão que operaram diretamente sobre os índios. Assim, como exemplo, a frente mineradora fez uso específico do escravo indígena, ora vinculando-o à procura de ouro e pedras preciosas, sobretudo como “carregadores”, ora à produção de alimentos, ora ao trabalho doméstico. Já a frente de extração de poaia, madeiras e peles que se instalou na região do médio Jequitinhonha e do Mucuri, e que foi sucedida por outra, dedicada à criação de gado e à pequena lavoura atuou diferentemente sobre a composição dos grupos étnicos. Por exemplo, a última frente de expansão agro-pastoril ocorrida no final do século passado permitiu uma sobrevida aos Maxacali por ter sido agenciada por uma população de baixa densidade, facultando aos índios encontrarem bolsões de refúgio. Assim, os indígenas puderam controlar o contato, mantendo-se relativamente afastados, no que eram favorecidos pela existência de matas, ao contrário da outra área (a do Alto Jequitinhonha e Pardo), onde predominavam os descampados.⁴⁰

Ainda nessa vertente, pode-se estudar o papel assumido pelo consórcio entre o Estado e as companhias estrangeiras interessados na instalação de empresas de navegação, sobretudo a do Rio Doce no século XIX, bem como o impacto da imigração européia, sobre as populações indígenas.⁴¹

Ainda no campo da temática violência, resistência e assimilação podem ser pesquisados os massacres organizados pelas expedições militares e para-militares, como a que foi organizada no ano de 1766, quando “*por ordem de 22 de*

⁴⁰ Ver RUBINGER, Marcos Magalhaes *Op. Cit.*, p. 11 e MELLATTI, Júlio Cezar. “Triptico Maxacali”. *Anuário Antropológico/82*. Fortaleza: Edições UFC; Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.

⁴¹ Pode ser consultado, no *Arquivo Público Mineiro*, um conjunto bastante volumoso de documentos, reunidos sob a rubrica “Junta de Civilização e Conquista dos Índios da Navegação do Rio Doce”.

Março se crearam n'estas Minas, terços auxiliares de botecudos, pardos e pretos" e, em novembro daquele ano, "os moradores do termo de Mariana foram obrigados a contribuir com a somma de 777 oitavas de ouro para as despezas com a conquista dos índios Puris e Botocudos".⁴² A crônica da guerra contra os Botocudo, declarada em Carta Régia de 13 de maio de 1808 por D. João VI, indica a ferocidade da estratégia: o uso de cães especialmente treinados, alimentados inclusive com carne de indígenas assassinados; expedições específicas em direção a determinadas aldeias com a finalidade de matar indiscriminadamente homens, mulheres, velhos e moços, reservando-se as crianças para o tráfico e alguns homens "carregadores"; uso de índios recrutados como soldados, estimulados a cometerem violência contra os Botocudo; contaminação proposital por agentes patogênicos letais para o indígena, como o sarampo, por exemplo.⁴³ Da repressão aos índios não se isentam nem mesmos os padres missionários. Assim, em 1883, os padres do Mucuri organizaram uma expedição punitiva contra os índios Pojixá que resultou em cerca de 300 índios assassinados⁴⁴. Tem-se aí um campo de estudos sobre controle populacional indígena que inclui o papel das tropas militares, da catequese e da reunião dos indígenas em aldeamentos.

Os interessados no dezoito mineiro não podem deixar de examinar as conseqüências políticas do apresamento, transferência e aldeamento de populações indígenas de diversas regiões do Brasil para terras hoje pertencentes ao território mineiro. São significativos os documentos relativos às Capitanias de Goiás, São Paulo, Rio de Janeiro, Espírito Santo, Bahia e mesmo a de Pernambuco. Tomando como exemplo a Capitania de Goiás, tem-se o acervo relacionado ao Governador D. Luis de Mascarenhas, que em 1741 lançou bando convocando "índios carijós e bastardos forros, vadios para a luta" contra os Kayapó, que na época habitavam as vastas extensões de terras compreendidas a oeste do São Francisco, até o Rio Tocantins, e que foram traspassados a espada, sem distinção de sexo. Este governador declarava, em 1745, "guerra continuada até se domesticar, afugentar ou mesmo extinguir tais gentios".⁴⁵ D. Luís Mascarenhas foi o responsável pela transferência de indígenas Bororo do Mato Grosso para a região hoje do Triângulo Mineiro⁴⁶ e o uso desses índios como força-tarefa na guerra contra os Kayapó.

⁴² Ver. "Compêndio das épocas da capitania de Minas Geraes, desde o anno de 1694 até o de 1780". *Revista do Instituto Historico e Geographico Brasileiro*, 8: 63, edição de 1868 (2ª).

⁴³ Ver MARCATO, Sônia de Almeida. "A repressão contra os Botocudos em Minas Gerais". *FUNAI - Boletim do Museu do Índio*, Série Etno-história, nº 1, maio de 1979.

⁴⁴ *Ibidem*.

⁴⁵ Conforme se pode ler em BARBOSA, Waldemar de Almeida. *A Decadência das Minas e a Fuga da Mineiração*. - Belo Horizonte: Centro de Estudos Mineiros/UFMG, 1971. pp. 132-137.

⁴⁶ Ver SOUZA, Luís Antônio da Silva e. *O Descobrimento da Capitania de Goiás - Govêrno, População e Coisas mais Notáveis*. - Goiânia: UFG, 1967.

* * *

Os temas aqui assinalados fazem a fortuna daquilo que designei como *História Etnológica*. Esta representa ainda um modo de ser cartógrafo, como aquele representado no mapa a que aludi no início deste estudo. Um cartógrafo relativizador, é certo, mas que ainda se coloca do lado leste do discurso. Entretanto, será possível uma *Etnologia Histórica*? Isto é, um discurso a partir do oeste, que seria aquele do índio cujo arco continua, de certo modo, ainda flexionado? Ou será isso uma melancólica esperança de “cartógrafo” contaminado pelos “anthropological blues”, como tão bem assinalou Roberto da Matta?⁴⁷ Certo é que, após o encontro, cartógrafo e índio não mais se enxergam sozinhos; eles precisam um do outro como seu espelho e seu guia.

⁴⁷ Sobre os “anthropological blues”, ver DA MATTA, Roberto. “O ofício de Etnólogo, ou como ter *anthropological blues*”, in NUNES, Edson (org.). *A Aventura Sociológica - Objetividade, paixão, improviso e método na pesquisa social*. - Rio de Janeiro: Zahar, 1978.